


CONTRATO DE PROGRAMA DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO


Izabel Cristina Moreira dos Santos
Coordenação do Núcleo de
Convenios e Parcerias
Procuradoria Consultiva-PGE

CT.PR. 11.3.264

CONTRATO DE PROGRAMA

*Contrato de Programa, nos termos do autorizado através do Convênio de Cooperação firmado entre o Estado de Pernambuco e o Município de **Cabo de Santo Agostinho** com a interveniência da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sob o regime de gestão associada, no âmbito do território do Município de **Cabo de Santo Agostinho**.*

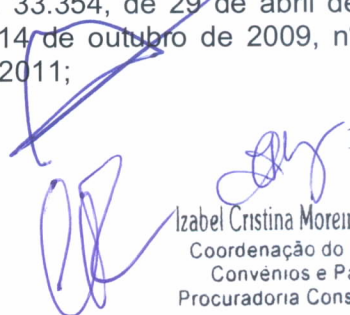
Nos termos do autorizado em Convênio de Cooperação celebrado entre o ESTADO DE PERNAMBUCO e o MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO com a interveniência da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.571.982/0001-25 representado pelo Governador do Estado, o Sr. **Eduardo Henrique Accioly Campos**, doravante denominado **ESTADO**, o **MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 11.294.402/0001-62, com sede na Praça Ministro André Cavalcanti, s/n, Centro, CEP: 54505-904 representado pelo Prefeito, Sr. **Luiz Cabral de Oliveira Filho**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**, sociedade de economia mista sob controle do Estado de Pernambuco, criada pela Lei Estadual 6.307, de 29.07.1971, com sede na Cidade do Recife, na Av. Cruz Cabugá, nº. 1387, Santo Amaro, CEP: 50040-905, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.769.035/0001-64, neste ato representada por seus Diretores: Presidente o Sr. **Roberto Cavalcanti Tavares**, de Gestão Corporativa o Sr. **Carlos Eduardo de Brito Maia** e o Diretor Comercial e de Atendimento o Sr. **Décio José Padilha da Cruz**, doravante denominada **COMPESA** celebram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, que se regerá, com dispensa de licitação, pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº. 11.107, de 6 de abril de 2005 e suas alterações, além das demais disposições que lhe forem aplicáveis, pelas Cláusulas seguintes, e ainda,

CONSIDERANDO:

- I. a necessidade de adequação dos serviços de saneamento básico prestados no âmbito do Município de Cabo de Santo Agostinho;
- II. os termos da Lei Estadual nº. 6.307, de 29 de julho de 1971, que criou a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA e autorizou o Poder Executivo Estadual a ela delegar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico no ESTADO;
- III. o disposto na Lei Municipal de Cabo de Santo Agostinho nº. 2.807 de 14 de junho de 2011, que autoriza promover a gestão associada do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante Convênio de Cooperação com o Estado de Pernambuco, tendo como entidade executora a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA;
- IV. os termos da Lei Estadual nº. 12.524 de 30 de dezembro de 2003 que consolidou e aperfeiçoou as leis de criação da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE, que atribuíram a esta Autarquia Especial a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento no ESTADO;
- V. o disposto na Lei Federal nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e regulamentada pelo Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010;
- VI. o disposto no Decreto Estadual nº. 18.251, de 21 de dezembro de 1994, alterado pelos Decretos Estaduais nº. 30.774, 05 de setembro de 2007 e nº. 33.354, de 29 de abril de 2009, nº 33.912, de 15 de setembro de 2009, nº 30.028, de 14 de outubro de 2009, nº 35.136, de 10 de junho de 2010 e nº 36.284, de 02 de março de 2011;

Av. Cruz Cabugá, 1387 – Santo Amaro – Recife, PE – CEP: 50040-905
PABX: 3412.9000 (Cabugá), 3412.9500 (Aurora), FAX: 3412.9147
CNPJ (MF) 09.769.035/0001-64 – INSC. ESTADUAL 18.1.001.0014398-2
www.compesa.com.br

Antônio André B. Melo Sousa
OAB: 66696
Mat. 9351/COMPESA
Assessor DCA

 1
Izabel Cristina Moreira dos Santos
Coordenação do Núcleo de
Convênios e Parcerias
Procuradoria Consultiva-PGE

DO OBJETO, DA ÁREA E DO PRAZO

CLAUSULA PRIMEIRA. O objeto do presente CONTRATO é a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sob o regime de gestão associada em todo o território do Município de Cabo de Santo Agostinho.

§ 1º. Os serviços mencionados no *caput* serão prestados pela COMPESA, com exclusividade, pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, podendo ser prorrogado mediante novo contrato ou termo aditivo de prorrogação de prazo, consoante Cláusula Oitava do Convênio de Cooperação CV. 11.3.263 de 05 de setembro de 2011, firmado entre as partes.

§ 2º. A prestação dar-se-á de forma a cumprir o Plano de Metas, contidas no Anexo III, bem como a legislação aplicável e o Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Decreto Estadual nº 18.251/94) da COMPESA.

§ 3º. A exclusividade mencionada no § 1º. desta Cláusula não impede que a COMPESA celebre parcerias público-privadas para a prestação dos serviços abrangidos por este Contrato de Programa, através da escolha do parceiro privado, mediante procedimentos licitatórios nos termos das Lei Estadual nº. 12.765/2005, de 21 de janeiro de 2005 e das Leis Federais nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, nº 8.987/1995, de 13 de fevereiro de 1995 e nº 11.079/2004, de 30 de dezembro de 2004.

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA: Além das definições utilizadas no **Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos** da COMPESA, neste CONTRATO e em seus Anexos, os termos a seguir indicados, sempre que grafados em letras maiúsculas, terão o significado a seguir transcrito, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

- I. **SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO:** são as atividades integradas que compreendem a totalidade dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta, e adução, reservação e distribuição de água tratada aos CLIENTES, além da coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário, inclusive a sua disposição final no corpo receptor, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, obedecida a legislação em vigor, especialmente a ambiental;
- II. **ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO:** é o limite territorial do Município de Cabo de Santo Agostinho;
- III. **BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO:** é o conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações necessários à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que já existem e que venham a ser adquiridos posteriormente à celebração do presente CONTRATO, afetos à prestação dos serviços, no âmbito das ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO;
- IV. **SISTEMA EXISTENTE:** é o atual conjunto de bens, instalações, equipamentos e edificações dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, objeto de exploração nos moldes deste CONTRATO, existentes antes do início da gestão associada;
- V. **SISTEMA:** é o SISTEMA EXISTENTE e as suas futuras melhorias e ampliações a serem realizadas pela COMPESA;
- VI. **TARIFA:** é o valor fixado em moeda corrente, utilizado pela COMPESA referente à cobrança dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário;

- VII. **TARIFA MÉDIA:** é o valor da tarifa calculada pela divisão do faturamento da água ou esgoto dividido pelos metros cúbicos de água ou esgoto faturados;
- VIII. **TARIFA SOCIAL:** tarifa cobrada do morador de imóvel abastecido pela COMPESA, cadastrado na categoria Residencial, não medido ou medido que apresente nos últimos 6 (seis) meses, para cada economia, consumo médio de água – de até 10m³/mês (dez metros cúbicos mês) e consumo médio de energia elétrica – na categoria residencial monofásico – de até 80 kwh/mês (oitenta quilowatts hora mês) e que também seja beneficiário de Programa de Proteção Social do Governo Federal; ou tenha Renda Familiar Mensal Comprovada de até 1 (um) salário mínimo vigente; ou tenha Renda Familiar Mensal Declarada de até 1 (um) salário mínimo vigente e seja morador de imóvel com área construída de até 60 m² (sessenta metros quadrados), devendo tais conceitos e requisitos serem objeto de adequação aos termos da legislação vigente que discipline a matéria;
- IX. **FATURA MÍNIMA:** fatura cujo valor por economia é equivalente ao valor fixado para o volume de 10m³ (dez metros cúbicos) para cada categoria, ficando, a cargo da COMPESA, a fixação do volume mínimo diferenciado, a ser cobrado dos CLIENTES comerciais e industriais com volume presumido superior a 150m³/mês (cento e cinquenta metros cúbicos);
- X. **CLIENTE:** pessoa física ou jurídica que solicita à COMPESA a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário para unidade receptora, responsabilizando-se pelas obrigações fixadas em regulamento que dispõe sobre a prestação desses serviços;
- XI. **REGULAMENTO GERAL DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS DA COMPESA:** é o conjunto de normas que regulam a prestação dos SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS realizado pela COMPESA, integrante do Anexo I;
- XII. **SERVIÇOS ADICIONAIS:** todos e quaisquer serviços não relacionado aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderão ser prestados pela COMPESA, na forma prevista neste CONTRATO, com a utilização dos bens afetos ou vinculados aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;
- XIII. **SERVIÇOS COMPLEMENTARES:** os serviços auxiliares, complementares e/ou correlatos aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, supressão, expedição da segunda via de conta, entre outras;
- XIV. **RECEITA ADICIONAL:** é toda e qualquer receita decorrente da prestação de SERVIÇO ADICIONAL, não relacionado aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO ou aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, que poderá ser explorada pela COMPESA;
- XV. **RECEITA COMPLEMENTAR:** é a receita oriunda dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- XVI. **RECEITA DA EXPLORAÇÃO:** é a receita oriunda da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, acrescida da RECEITA COMPLEMENTAR e da RECEITA ADICIONAL;

- XVII. **REAJUSTE:** é o processo anual de recomposição do valor das TARIFAS diante das variações monetárias, mediante a aplicação de índice definido pela ARPE, que reflita a evolução de custos da concessionária;
- XVIII. **REVISÃO:** é o processo de reavaliação quadrienal das condições da prestação dos serviços e do valor das TARIFAS, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.;
- XIX. **MODELO DE SANEAMENTO INTEGRADO:** é uma ferramenta de intervenção intergovernamental para dotar o espaço urbano de condições adequadas de vida, mediante um conjunto de ações intersetoriais, de forma a integrar os segmentos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação e drenagem de vias, melhoria e/ou construção de instalações hidrossanitárias das residências, remoção e relocação de famílias para o reordenamento urbano, com conseqüente construção de moradias e educação sanitária e ambiental;
- XX. **ÓRGÃO REGULADOR:** é a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE, também denominada, por vezes, de ARPE.

§ 1º. Integram o CONTRATO, para todos os efeitos jurídico-legais, os seguintes Anexos:

I - Anexo I – Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos da COMPESA;

II - Anexo II – Tarifas e Estrutura Tarifária;

III – Anexo III – Plano de Metas;

IV – Anexo IV – Plano Municipal de Saneamento Básico;

V – Anexo V – Inventário dos Bens;

VI – Anexo VI – Plano de Investimentos.

DO MODO, DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA. A COMPESA, durante todo o prazo da vigência deste CONTRATO, deverá prestar serviços adequados, entendidos estes como aqueles que estejam de acordo com o disposto na legislação e nos regulamentos que disciplinam os serviços, bem como com o disposto no Convênio de Cooperação e neste CONTRATO.

§ 1º. Para os efeitos do que estabelece esta Cláusula, serviço adequado é o que tem condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das TARIFAS cobradas dos seus CLIENTES.

§ 2º. Para os fins previstos neste CONTRATO consideram-se:

- a) **regularidade:** a prestação dos serviços públicos nas condições estabelecidas na legislação, nos regulamentos, no Convênio de Cooperação e neste Contrato de Programa e em outras normas técnicas aplicáveis em vigor;
- b) **continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta à população, em condições de regularidade;
- c) **eficiência:** a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos na regulação, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento do Plano de Metas (Anexo III), pelo menor custo possível;
- d) **segurança:** a execução dos serviços de forma a garantir a segurança dos CLIENTES, dos trabalhadores da COMPESA, da comunidade e do meio ambiente;
- e) **atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos CLIENTES, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste Contrato de Programa;
- f) **generalidade:** universalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurado o direito de acesso aos serviços a todos os tipos e categorias de CLIENTES, observado o Plano de Metas;
- g) **cortesia na prestação dos serviços:** tratamento aos CLIENTES com civilidade e urbanidade, assegurando o acesso facilitado e imediato às informações sobre os serviços, bem como para a apresentação de reclamações;
- h) **modicidade:** a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços, a remuneração da COMPESA, e as contraprestações pecuniárias pagas pelos CLIENTES.

§ 3º. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando, motivada por:

- I. razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;
- II. negativa do CLIENTE em permitir a instalação do dispositivo de medição de água consumida;
- III. manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da COMPESA, por parte do CLIENTE;
- IV. eventos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração;
- V. inadimplemento do CLIENTE considerando o interesse da coletividade.

§ 4º. A interrupção motivada por razões de ordem técnica deverá ser previamente comunicada à ARPE e ao CLIENTE, com antecedência compatível fixada na regulação, salvo nos casos de iminente ameaça ou comprometimento da segurança de instalações ou pessoas, a juízo da COMPESA, devendo o fato ser comunicado incontinentemente à ARPE.

§ 5º. Cabe à COMPESA, em qualquer uma das hipóteses acima, adotar as providências cabíveis, no sentido de reduzir a descontinuidade do serviço ao prazo estritamente necessário.

§ 6º. A COMPESA passará a prestar os serviços assim que as instalações do CLIENTE estiverem em conformidade com as normas técnicas ou de regulação, desde que a COMPESA já disponha de infra-estrutura local adequada.

§ 7º. A interrupção do fornecimento de água dar-se-á nos seguintes casos:

- I. solicitação do CLIENTE;
- II. interdição do imóvel por autoridade competente;
- III. catástrofes, intempéries, ou acidentes, tais como enchentes, estiagens prolongadas, estouramento de redes, etc;
- IV. manutenção no sistema;
- V. cometimento de qualquer das infrações dispostas no artigo 77 do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I);

§ 8º. O fornecimento de água deverá ser restabelecido logo após a regularização da ocorrência que deu causa à interrupção.

§ 9º. Nos casos das interrupções decorrentes dos incisos I e V do parágrafo 7º, o restabelecimento dar-se-á em até 2 (dois) dias úteis, após o pagamento das despesas com a interrupção, com o restabelecimento do fornecimento de água e de outros débitos, porventura, existentes e, nos demais casos, tão logo seja tecnicamente possível, após a cessação da condição que deu causa à interrupção.

§ 10. A COMPESA poderá recusar a execução dos serviços ou interrompê-los sempre que considerar a instalação, ou parte dela, insegura, inadequada ou não apropriada para receber os serviços, ou que interfira com sua continuidade ou qualidade, na forma que dispuser a regulação.

§ 11. Para os fins do disposto neste CONTRATO, os ramais prediais de água serão suprimidos nos seguintes casos:

- I. interdição judicial ou administrativa do imóvel;
- II. desapropriação do imóvel;
- III. incêndio ou demolição;
- IV. fusão de ramais ou unificação de lotes;

- V. não regularização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, da infração prevista no inciso IV do Art. 77 do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I).
- a) Os ramais prediais de água serão suprimidos por solicitação do CLIENTE, exclusivamente nos casos previstos nos incisos II a IV, desde que acompanhada da respectiva documentação comprobatória.
- b) Para os casos não previstos neste parágrafo, a solicitação do CLIENTE será submetida à COMPESA, devendo ser efetuada a supressão do ramal predial tão-somente quando não atendidos os parâmetros de regularidade de prestação do serviço, fixados por meio de resolução da entidade reguladora e/ou do meio ambiente.

§ 12. Para os fins do disposto neste CONTRATO, os ramais prediais de esgotos serão suprimidos nos seguintes casos:

- I. desapropriação do imóvel;
- II. incêndio ou demolição;
- III. fusão de ramais ou unificação de lotes;
- IV. o cometimento, pelo CLIENTE, da infração de lançamento, na rede de esgotos, de despejos, que por suas características, exijam tratamento prévio.
- a) Nos casos previstos no inciso I a III, a solicitação deverá vir acompanhada da documentação comprobatória.
- b) Ocorrendo a hipótese prevista no inciso IV, além da supressão do ramal, a COMPESA comunicará o fato ao Ministério Público e aos órgãos do meio ambiente e responsabilizará o CLIENTE pelos eventuais danos causados aos seus bens.
- c) Para os casos não previstos neste parágrafo, a solicitação do CLIENTE de supressão de ramal de esgoto deverá ser submetida à análise das entidades de regulação e de fiscalização do meio ambiente competentes.

DOS CRITÉRIOS, DOS INDICADORES, DAS FÓRMULAS E DOS PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA. Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade constam da legislação e regulamentos disciplinadores dos serviços, bem como do estabelecido no Convênio de Cooperação e neste Contrato de Programa.

DO CÁLCULO DE TARIFAS E DE OUTROS PREÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA QUINTA. As TARIFAS, e outros preços públicos, que irão remunerar a COMPESA, serão por ela arrecadados.

§ 1º. A política tarifária que se aplicará aos serviços objeto deste CONTRATO é aquela constante da legislação vigente e será uniforme em todo o Estado de Pernambuco.

§ 2º. A estrutura tarifária ou o valor das TARIFAS e de outros preços públicos poderão ser alterados mediante decisão da ARPE ou alteração da legislação ou dos regulamentos, sem a necessidade de se formalizar alteração ao presente Contrato de Programa ou ao Convênio de Cooperação.

§ 3º. Os preços públicos não tarifários auferidos pela COMPESA são os decorrentes da prestação de SERVIÇOS COMPLEMENTARES e/ou SERVIÇOS ADICIONAIS, na forma definida na regulação.

§ 4º. A COMPESA deverá manter escrituração contábil que permita à ARPE a efetiva e permanente fiscalização dos resultados da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES e dos SERVIÇOS ADICIONAIS.

DO SISTEMA DE COBRANÇA

CLÁUSULA SEXTA. A COMPESA efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, aplicará a FATURA MÍNIMA.

- I. nos casos de impossibilidade eventual de leitura do hidrômetro o faturamento se fará pela média dos últimos 6 (seis) meses;
- II. o faturamento pela média, de que trata o inciso anterior, não poderá ser realizado por mais de 3 (três) meses consecutivos, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

§ 1º. Serão lançados nas contas de consumo dos CLIENTES, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e aos SERVIÇOS ADICIONAIS ou, com anuência do CLIENTE, dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES.

§ 2º. A COMPESA poderá contratar empresas, instituição financeira ou não, para funcionar como agentes arrecadadores das quantias mencionadas nesta Cláusula, bem como para exercer as funções previstas no *caput*.

DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO OU DO MUNICÍPIO NO CUSTEIO DAS OBRAS E SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA. Além das TARIFAS e outros preços públicos, a melhoria e/ou expansão dos serviços poderão ser custeados com recursos obtidos pelo Estado de Pernambuco ou pelo Município de Cabo de Santo Agostinho.

§ 1º. Na hipótese acima, a regulação tarifária deverá considerar os valores investidos e as condições de repasse dos ativos deles resultantes, visando à modicidade tarifária, quando for o caso, para o adequado cálculo dos valores das TARIFAS e registro dos bens vinculados aos serviços.

§ 2º. No caso de os recursos investidos pelo Município de Cabo de Santo Agostinho serem oriundos de financiamento, mediante termo aditivo a este CONTRATO, poderão estes valores vir a ser integrados na TARIFA, de forma proporcional e consoante os moldes definidos pela ARPE.

Av. Cruz Cabugá, 1387 – Santo Amaro – Recife, PE – CEP: 50040-905
PABX: 3412.9000 (Cabugá), 3412.9500 (Aurora), FAX: 3412.9147
CNPJ (MF) 09.769.035/0001-64 – INSC. ESTADUAL 18.1.001.0014398-2
www.compesa.com.br

Antônio André B. Melo Sousa
OAB: 68796
Mat. 6351 - COMPESA
Assessor - DCA

8
Izabel Cristina Moreira dos Santos
Coordenação do Núcleo de
Convenios e Parcerias
Procuradoria Consultiva-PGE

DO FINANCIAMENTO

CLÁUSULA OITAVA. A COMPESA é a responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução das obras e dos serviços públicos de saneamento básico objeto deste CONTRATO.

§1º. O ESTADO ou o MUNICÍPIO poderão responsabilizar-se pela obtenção dos recursos financeiros necessários à execução das obras e investimentos voltados à melhoria e expansão dos SERVIÇOS.

§2º. Na hipótese descrita no parágrafo primeiro desta Cláusula, a ARPE deverá considerar os valores investidos e as condições de repasse dos ativos deles resultantes nas contas da COMPESA, visando à modicidade tarifária, quando for o caso, e ao adequado cálculo dos valores das TARIFAS e registro dos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO.

§3º. A COMPESA, nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia, os direitos emergentes deste CONTRATO, até o limite prudencial definido pelos órgãos de controle.

§4º. A COMPESA poderá opor ao MUNICÍPIO, por conta dos financiamentos de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como justificativa para o descumprimento de condição estabelecida neste CONTRATO, especialmente o atraso na execução das obras necessárias ou no cumprimento das metas da EXPLORAÇÃO.

DAS OBRAS

CLÁUSULA NONA. Para execução das obras, a COMPESA deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem assim utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

§ 1º. A COMPESA ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes à execução das obras, podendo contratar a sua execução, com observância dos princípios contidos na Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º. A COMPESA deverá disponibilizar ao MUNICÍPIO toda a documentação relacionada às obras, inclusive os projetos básico e executivo, na medida em que forem sendo produzidos.

§3º. Caso o MUNICÍPIO julgue a obra defeituosa, imperfeita, em desacordo com o projeto básico ou executivo ou realizada com o emprego de materiais de má qualidade, por recomendação do MUNICÍPIO ou não, com base em laudo técnico fundamentado, poderá requerer à COMPESA que refaça as obras defeituosas, ou empregue materiais de boa qualidade para torná-las perfeitas, assegurando-se à COMPESA amplo direito de defesa e ao contraditório.

DAS EXPROPRIAÇÕES E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Cabe à COMPESA, como entidade delegada do ESTADO, promover desapropriações, instituir servidões administrativas, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação de obras e serviços vinculados à EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.

§1º. Os ônus decorrentes das desapropriações ou imposição de servidões administrativas, seja por acordo, seja pela propositura de ações judiciais, sempre correrão à conta da COMPESA.

§2º. O disposto no parágrafo acima se aplica também à autorização para ocupação provisória de bens imóveis, bem assim para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral, para o uso de bens imóveis necessários à prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

§ 3º. Compete à COMPESA indicar, de forma justificada, com 60 (sessenta) dias de antecedência, ao ESTADO ou ao MUNICÍPIO, conforme o caso, as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituídas como servidões administrativas, dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculadas à EXPLORAÇÃO, para que sejam promovidas as respectivas declarações de utilidade pública, com a urgência necessária.

§ 4º. A COMPESA dará conhecimento à ARPE, anualmente, dentro dos 90 (noventa) primeiros dias de cada ano civil, acerca do andamento dos processos administrativos ou judiciais relativos à desapropriação, informando também os valores relativos a indenizações pagas aos expropriados, seja em virtude de acordo ou em virtude de decisão judicial, no ano imediatamente anterior.

DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A COMPESA deverá se submeter a todas as medidas legais adotadas pelas autoridades com poderes de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências, devendo adotar programas e implementar medidas preventivas e/ou corretivas do meio ambiente, inclusive por intermédio de novas obras e serviços não previstos originariamente, cabendo à ARPE garantir o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e suas Cláusulas e condições.

§ 1º. A COMPESA é responsável pela obtenção das licenças ambientais necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos do CONTRATO, observado o seguinte:

- I. a COMPESA, desde que cumpridas as normas ambientais pertinentes e demais exigências do órgão competente, poderá opor ao ESTADO, à ARPE ou ao MUNICÍPIO, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste CONTRATO;
- II. a ARPE, inclusive por solicitação do MUNICÍPIO, deverá, no caso supra, deferir prorrogação de prazos para a realização de metas e objetivos previstos neste CONTRATO quando, embora a COMPESA comprove o cumprimento de todos os requisitos para obtenção da licença, não a tenha conseguido por razões alheias a sua vontade;

- III. a COMPESA deverá adaptar o seu cronograma de investimentos, nas ÁREAS AFETAS À EXPLORAÇÃO, nos termos de deliberação da autoridade ambiental federal, estadual ou municipal, que venha oportunamente a tratar das metas e parâmetros previstos neste CONTRATO e atinja ditos investimentos, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

§ 2º. Na hipótese de o MUNICÍPIO ou o ESTADO ser obrigado a ressarcir a COMPESA, por força da aplicação das disposições pertinentes à proteção ambiental, o pagamento se fará mediante compensação acordada entre as partes.

DOS RISCOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A COMPESA, durante o prazo de vigência do presente CONTRATO, deverá manter a efetiva política de cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades relacionadas à prestação dos serviços objeto deste CONTRATO.

DOS PROCEDIMENTOS QUE GARANTAM TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE CADA SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. A COMPESA, nos termos da regulação dos serviços, adotará procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira, permitindo que se identifique o arrecadado e o investido no território do Município de Cabo de Santo Agostinho tanto nos serviços de abastecimento de água como nos de esgotamento sanitário.

§ 1º. Dentre outros requisitos, por meio dos procedimentos previstos no *caput*, a COMPESA deverá:

- I. manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados e não vinculados aos serviços;
- II. elaborar relatórios anuais de desempenho;
- III. apresentar à ARPE relatórios técnicos e demonstrativos operacionais e financeiros, com frequência mínima anual, de modo a que se torne transparente a gestão econômica e financeira dos serviços disciplinados neste CONTRATO;
- IV. prestar, no prazo determinado, as informações que lhe forem solicitadas pelo ESTADO, pelo MUNICÍPIO ou pela ARPE, salvo impossibilidade devidamente justificada ou necessidade de prorrogação demonstrada.

§ 2º. O inventário das redes de distribuição, dos ramais e das instalações dos CLIENTES poderá ser feito provisoriamente com base nos elementos cadastrais existentes, ficando sujeito à correção posterior, devendo estar concluído o inventário definitivo no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste Contrato de Programa.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CLIENTES

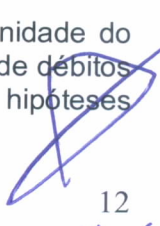
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Sem prejuízo do estabelecido na legislação e nos regulamentos dos serviços, são direitos e deveres dos CLIENTES:

- I. receber os serviços públicos em condições adequadas;
- II. pagar a TARIFA e outros preços públicos fixados nos termos da regulação, bem como as penalidades decorrentes de mora ou inadimplemento;
- III. receber todas as informações para a defesa dos interesses individuais ou coletivos, bem como as necessárias para a eficiente utilização dos serviços públicos;
- IV. levar ao conhecimento da ARPE as irregularidades das quais venham a ter conhecimento;
- V. contribuir para a permanência das boas condições dos bens vinculados aos serviços públicos;
- VI. cumprir com o previsto na legislação e no Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos da COMPESA, inclusive resoluções dos órgãos reguladores, especialmente os referentes aos despejos industriais;
- VII. responder, na forma da regulação, perante a COMPESA, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização das instalações ou dos serviços colocados à sua disposição;
- VIII. consultar a COMPESA, anteriormente à instalação de tubulações internas, quanto ao local do ponto de entrega da água tratada e o de coleta das águas residuárias;
- IX. solicitar, à COMPESA, autorização para proceder a qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta das águas residuárias;
- X. autorizar a entrada de prepostos da COMPESA, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executadas as ações de interesse dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, ou os que sejam a ele complementares, inclusive a instalação dos equipamentos necessários à sua respectiva prestação;
- XI. manter as instalações internas, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas;
- XII. averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente;
- XIII. manter as instalações de sua unidade nas condições de utilização estabelecidas pelas autoridades competentes.

§ 1º. A COMPESA não poderá condicionar a ligação ou religação da unidade do CLIENTE ao pagamento de valores não previstos na regulação dos serviços, bem como de débitos não imputáveis ao CLIENTE, ou, ainda, interromper a prestação dos serviços fora das hipóteses previstas na regulação.

Av. Cruz Cabugá, 1387 – Santo Amaro – Recife, PE – CEP: 50040-905
PABX: 3412.9000 (Cabugá), 3412.9500 (Aurora), FAX: 3412.9147
CNPJ (MF) 09.769.035/0001-64 – INSC. ESTADUAL 18.1.001.0014398/2
www.compesa.com.br

Antônio André B. Melo Sousa
OAB 66696
Mat. 93511/COMPESA
Assessor - DCA

12

Izabel Cristina Moreira dos Santos
Coordenação do Núcleo de
Convênios e Parcerias
Procuradoria Consultiva-PGE

§ 2º. A COMPESA pode exigir que o CLIENTE realize pré-tratamento de seus efluentes de esgoto sempre que apresentem poluentes incompatíveis com o sistema de esgoto sanitário, segundo as normas pertinentes.

DA FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. A COMPESA deverá refazer ou corrigir as obras ou serviços que sejam considerados defeituosos, em desacordo com o projeto básico ou executivo, ou realizados com o emprego de materiais de má qualidade.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação do disposto no *caput* desta Cláusula dar-se-á mediante procedimento instaurado pelos agentes fiscalizadores, de acordo com as respectivas competências, em que seja assegurado à COMPESA o direito à ampla defesa e ao contraditório.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Para a consecução do objeto pactuado neste instrumento competem:

§1º. Ao **ESTADO**, na ÁREA AFETA À EXPLORAÇÃO, sem prejuízo das obrigações previstas na legislação aplicável e neste CONTRATO as seguintes atribuições e responsabilidades:

- I. fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados à prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, solicitados por escrito pela COMPESA ou pela ARPE;
- II. intervir na execução do CONTRATO, nos casos e nas condições nele previstas;
- III. estabelecer as metas e definir a política de SANEAMENTO BÁSICO no Estado de Pernambuco.

§2º Ao **MUNICÍPIO**:

- I. atuar, de forma complementar, na fiscalização, no que couber, dos serviços objeto do presente CONTRATO, no que se refere aos aspectos técnico, operacional e de atendimento, relativos à prestação dos serviços nos limites do Município de Cabo de Santo Agostinho sem prejuízo da fiscalização independente da ARPE;
- II. aplicar, no exercício da atividade de fiscalização, as penalidades regulamentares e contratuais no âmbito de sua competência;
- III. propor a intervenção na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei e neste CONTRATO;
- IV. ter acesso, no acompanhamento da execução dos serviços objeto do presente CONTRATO, por intermédio de seus agentes devidamente credenciados, às instalações e aos dados relativos à administração, contabilidade e recursos técnicos da COMPESA;
- V. realizar investimentos, mediante convênios específicos, para antecipação de metas ou para atendimento de demandas dos serviços vinculados a este CONTRATO;

- VI. definir e priorizar os investimentos com recursos previstos neste CONTRATO.
- VII. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas de SANEAMENTO BÁSICO, relativas ao Município de Cabo de Santo Agostinho, fixadas no Anexo III deste CONTRATO;
- VIII. executar os serviços de recomposição do calçamento das ruas danificadas, em virtude das obras de construção e reparo de redes públicas destinadas ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como dos ramais domiciliares, cabendo as despesas relativas ao ressarcimento ao interessado ou responsável pelos referidos serviços.
- §3º. Das atribuições comuns do **ESTADO e do MUNICÍPIO**:
- I. declarar bens imóveis de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados à EXPLORAÇÃO dos serviços objeto deste CONTRATO;
- II. promover e desenvolver medidas que assegurem a adequada preservação e conservação do meio ambiente;
- III. assegurar à COMPESA a plena utilização dos bens afetos à EXPLORAÇÃO em face de qualquer instância do Poder Público de quaisquer de suas esferas;
- IV. comunicar à ARPE as reclamações recebidas dos CLIENTES;
- V. conceder tempestivamente à COMPESA, na forma da legislação aplicável, as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços públicos e das obras relacionadas ao SISTEMA;
- VI. desenvolver projetos que valorizem a economia de água, a fim de viabilizar políticas de preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente;
- VII. efetuar os pagamentos das tarifas referentes ao consumo mensal dos bens próprios, inclusive por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pelo MUNICÍPIO ou pelo ESTADO, ou de responsabilidade deles, que deverão ser pontualmente liquidados;
- VIII. estabelecer as metas de SANEAMENTO BÁSICO quando vierem a influir no Município de Cabo de Santo Agostinho.

§4º. Ao **ESTADO** e ao **MUNICÍPIO**, sem prejuízo das obrigações previstas neste CONTRATO e, nos termos da legislação aplicável, incumbem, cumulativamente os seguintes encargos:

- I. cumprir e fazer cumprir as disposições do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I) da COMPESA e as condições deste CONTRATO;
- II. zelar pela boa qualidade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO;

- III. estimular o aumento da qualidade e o incremento da produtividade dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO prestados pela COMPESA;
- IV. manter em seus arquivos, informações e documentação referente às redes, instalações e equipamentos utilizados nos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, que lhes serão encaminhados pela COMPESA posteriormente ao recebimento definitivo das obras;
- V. auxiliar a COMPESA no relacionamento com as demais concessionárias de serviços públicos e com as comunidades de CLIENTES, buscando facilitar o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO.

§5º. Além das obrigações constantes da legislação aplicável, do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos da COMPESA e deste CONTRATO são direitos e deveres da COMPESA:

- I. prestar o SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO adequado, na forma prevista neste CONTRATO, no Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I) da COMPESA e nas demais disposições técnicas aplicáveis;
- II. manter em dia o inventário e o registro dos bens afetos e os não afetos à EXPLORAÇÃO;
- III. elaborar relatórios anuais de desempenho, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira deste CONTRATO;
- IV. permitir aos encarregados da fiscalização em geral, e em especial ao ESTADO, ao MUNICIPIO e à ARPE, o seu livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à EXPLORAÇÃO, bem como aos seus registros contábeis;
- V. prestar, no prazo determinado, as informações que lhe forem solicitadas pelo ESTADO, pelo MUNICIPIO e pela ARPE, e por outras autoridades relacionadas ao objeto deste CONTRATO;
- VI. zelar pela integridade dos bens afetos ou não afetos à EXPLORAÇÃO, adotando as providências necessárias, inclusive judiciais, para a garantia do patrimônio vinculado à EXPLORAÇÃO;
- VII. informar aos CLIENTES acerca do desempenho dos serviços prestados, das metas e objetivos alcançados e a alcançar, das razões e da forma de cálculo do REAJUSTE e da REVISÃO das TARIFAS, observados os prazos previstos neste CONTRATO;
- VIII. providenciar para que seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, encarregados da segurança de bens e pessoas, sejam registrados perante as repartições competentes, adotem visível identificação funcional e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade competente e aos CLIENTES;
- IX. manter, na sede da administração e em seus escritórios regionais, livros numerados e visados pela ARPE, bem como sistema de atendimento e de recebimento de reclamações por telefone, acessível por ligação gratuita, destinados ao registro de

reclamações ou queixas relativas à prestação de SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO e à conduta da COMPESA e de seus prepostos;

- X. apresentar à ARPE relatórios técnicos e demonstrativos operacionais e financeiros, com frequência mínima anual, de modo a retratar o fiel andamento do CONTRATO;
- XI. indicar, de forma justificada e com 60 (sessenta) dias de antecedência, ao ESTADO e ao MUNICÍPIO as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública e instituídas como servidões administrativas, para que o ESTADO, ou o MUNICÍPIO, quando for o caso, promovam as respectivas declarações de utilidade pública;
- XII. promover as desapropriações e servidões sobre bens imóveis declarados de utilidade pública pelo ESTADO ou pelo MUNICÍPIO, seja mediante acordo ou por intermédio de ação judicial, arcando com o pagamento das indenizações correspondentes, bem assim propor limitações administrativas de caráter geral ao uso de imóveis, ocupando-os, provisoriamente, quando autorizado por decreto do ESTADO ou do MUNICÍPIO;
- XIII. promover, durante o prazo da vigência deste CONTRATO, análises de laboratório correspondentes ao desempenho de cada Unidade, para garantir o cumprimento da legislação específica relativa ao monitoramento da qualidade da água distribuída e da eficiência dos tratamentos de esgoto, encaminhando relatórios mensais de resultados à ARPE, observado o Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos (Anexo I) da COMPESA;
- XIV. adotar as medidas necessárias para coibir o uso indevido ou a ocupação não autorizada dos BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, mantendo o Estado de Pernambuco, o Município de Cabo de Santo Agostinho e a ARPE informados a respeito de quaisquer fatos que comprometam sua adequada utilização;
- XV. obter, junto às autoridades competentes as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução das obras ou SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, sendo ainda responsável pelo pagamento dos custos correspondentes;
- XVI. responder, nos termos da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos causados por si ou por seus prepostos no exercício da execução das atividades previstas neste CONTRATO;
- XVII. manter em situação regular os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes deste CONTRATO;
- XVIII. enviar à ARPE, trimestralmente, relatório sobre as reclamações apresentadas pelos CLIENTES e sobre as providências adotadas relativas ao objeto deste CONTRATO;
- XIX. aprovar previamente os projetos para redes de água e de esgoto, para fins de obtenção da autorização do MUNICÍPIO para o parcelamento do solo sob a forma de loteamento, desmembramento ou condomínio, no perímetro urbano. Nesta hipótese, o proprietário do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus à COMPESA, e sem indenização pelo MUNICÍPIO, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos.

DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. A ARPE atuará como Entidade Reguladora dos serviços objeto deste Contrato de Programa, exercendo a regulação e a fiscalização nas áreas econômico-financeira, técnico-operacional e de atendimento.

PARÁGRAFO ÚNICO. Será de responsabilidade da ARPE a fiscalização do cumprimento dos Planos de Saneamento por parte da COMPESA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. A ARPE será responsável, ainda, pela regulação das questões relativas à REVISÃO e ao REAJUSTE das TARIFAS, nos termos da legislação e do regulamento em vigor.

DAS PENALIDADES E DE SUA FORMA DE APLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. A falta de cumprimento, por parte da COMPESA, de qualquer Cláusula deste Contrato de Programa, sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas e penalidades previstas na legislação pertinente, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I – advertência, e

II – multa.

§ 1º. A penalidade no inciso “I” e a multa prevista no inciso “II”, respeitados os limites previstos, serão aplicadas segundo a gravidade da infração.

§ 2º. No caso de a COMPESA vir a reincidir na infração, ficará sujeita, daí por diante, à aplicação da mesma sanção de multa que será aplicada em valor dobrado.

§ 3º. O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder os limites previstos na Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003.

§ 4º. A execução deste CONTRATO está subordinada aos normativos da ARPE, inclusive no que se refere a penalidades.

§ 5º. O simples pagamento da multa não eximirá a COMPESA da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.

DOS CASOS DE EXTINÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA. O presente CONTRATO será extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

- I. advento do Termo Final do prazo do CONTRATO, sem que haja prorrogação pactuada entre as PARTES;
- II. falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela COMPESA.

§ 1º. A rescisão não libera os contratantes dos compromissos assumidos neste CONTRATO enquanto estiver vigente.

§ 2º. O advento do termo final do CONTRATO opera, de pleno direito, a sua extinção, salvo se as partes manifestarem, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a intenção de prorrogação do CONTRATO, mediante instrumento próprio.

§ 3º. O CONTRATO poderá ser extinto caso a COMPESA venha a ser declarada falida ou no caso da sua extinção.

§ 4º. Na hipótese de dissolução ou liquidação da COMPESA, a partilha do respectivo patrimônio social será precedida de auto de vistoria, a cargo da ARPE, que informará o estado em que se encontram os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO, os quais, conforme o caso, serão revertidos ao ESTADO ou ao MUNICÍPIO, na proporção dos investimentos realizados, livres de ônus ou indenizados;

§ 5º. Na hipótese de falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela COMPESA, o ESTADO envidará esforços no sentido de que parte ou a totalidade dos empregados da COMPESA que participem diretamente da operação de EXPLORAÇÃO passem para o sucessor, sem qualquer ônus futuro para a COMPESA, nos termos a serem definidos em regulamento próprio.

§ 6º. Extinto o CONTRATO, os BENS AFETOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO permanecerão vinculados à prestação dos serviços.

§ 7º. Em ocorrendo a extinção do CONTRATO, o ESTADO poderá, a seu exclusivo critério, assumir os contratos celebrados pela COMPESA, desde que necessários à continuidade dos serviços públicos, incluindo-se dentre estes os contratos de financiamento das expansões previamente aprovadas e que não comporte período de amortização superior ao prazo restante ao prazo de término do CONTRATO.

DOS BENS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. Os bens vinculados à prestação dos serviços não poderão ser alienados ou onerados, por qualquer forma, e permanecerão vinculados à prestação dos serviços, mesmo na hipótese de extinção do Contrato de Programa, sem prejuízo das indenizações cabíveis, na proporção dos investimentos realizados pelas partes.

§ 2º. Os registros previstos no § 1º. desta Cláusula deverão estar implementados no prazo de até 3 (três) anos, contados da data de assinatura deste CONTRATO.

§ 3º. Mediante termo aditivo a este CONTRATO, o Município de Cabo de Santo Agostinho poderá realizar investimentos e produzir bens vinculados aos serviços. O referido termo aditivo definirá como estes bens serão realizados, operados, registrados e contabilizados.

§ 4º. Os bens vinculados aos serviços deverão ser reformados, substituídos, conservados, operados e mantidos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, mesmo após a extinção deste CONTRATO, encontrem-se em seu estado normal de utilização, excetuado o desgaste normal proveniente de seu funcionamento.

§ 5º. Os prazos dos eventuais contratos celebrados pela COMPESA, que envolvam a exploração comercial dos bens afetos ou vinculados aos serviços, não poderão ultrapassar o prazo previsto na regulação e no presente CONTRATO.

§ 6º. Não serão admitidas atividades que deterioreem os bens vinculados aos serviços por agentes poluidores de qualquer natureza.

§ 7º. As eventuais benfeitorias feitas pela COMPESA nos bens vinculados aos serviços, com a finalidade de obter as RECEITAS ADICIONAIS, serão revertidas para a prestação de serviços ora contratados.

DA REVERSÃO DOS BENS

CLAÚSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Ocorrendo a rescisão do presente CONTRATO, sob qualquer de suas formas, ou mesmo a declaração de nulidade deste, a COMPESA procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que lhe será devida, em face das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade da prestação dos serviços, inclusive as intervenções necessárias, de caráter emergencial, efetuadas pela COMPESA, com a finalidade de assegurar a manutenção das condições de operação regular do Sistema de Abastecimento de Água no âmbito do Município de Cabo de Santo Agostinho constantes do Plano de Investimentos (Anexo VI), para viabilizar a gestão associada dos serviços.

§ 1º. A indenização de que trata o *caput* será calculada após o levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis.

§ 2º. O cálculo da indenização dos investimentos será feito com base em avaliação de seu valor econômico ou reavaliação patrimonial, definidos pelas legislações fiscal e das sociedades por ações, efetuada por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes.

§ 3º. O pagamento de eventual indenização será realizado, mediante garantia real, por meio de 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, dos investimentos e de outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços, realizados com capital próprio da COMPESA ou de seu controlador, ou originários de operações de financiamento, ou obtidos mediante emissão de ações, debêntures e outros títulos mobiliários, com a primeira parcela paga até o último dia útil do exercício financeiro em que ocorrer a reversão.

§ 4º. Para os fins previstos nesta Cláusula, obriga-se a COMPESA a entregar os bens ali referidos em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso, inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

DA OBRIGATORIEDADE, DA FORMA E DA PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS TARIFAS E INVESTIMENTOS EFETUADOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. Os relatórios anuais de desempenho deverão demonstrar o arrecadado na área da prestação dos serviços em gestão associada, bem como os investimentos nela efetuados.

§ 1º. Os relatórios anuais de desempenho deverão ser publicados por extrato no Diário Oficial do Estado e, em sua íntegra, na rede mundial de computadores - *internet*.

§ 2º. As normas de regulação poderão exigir que os relatórios anuais de desempenho sejam apresentados em audiência pública, onde será assegurada a participação das entidades representativas da sociedade civil e dos consumidores.

DOS CONTRATOS COM TERCEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a COMPESA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do presente CONTRATO.

§1º. Os contratos de que trata esta Cláusula serão regidos pelo Direito Privado, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica de terceiros com o ESTADO, com o MUNICÍPIO ou com a ARPE.

§2º. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares inerentes à prestação dos serviços objeto deste CONTRATO

DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO DESTES CONTRATOS DE PROGRAMA

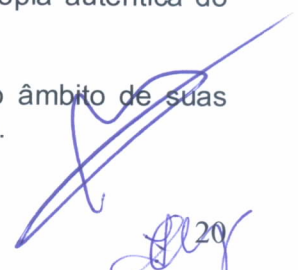
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA. Dentro de 20 (vinte) dias a que se seguirem a assinatura deste Contrato de Programa, o ESTADO, o MUNICÍPIO e a COMPESA providenciarão a sua publicação mediante extrato na imprensa oficial, bem como, em sua íntegra, nos sítios que mantém na rede mundial de computadores - *Internet*.

§ 1º. O ESTADO, o MUNICÍPIO e a COMPESA providenciarão, no âmbito de suas respectivas procuradorias a remessa de cópia deste Contrato de Programa à Câmara Municipal de Cabo de Santo Agostinho, à Assembléia Legislativa de Pernambuco, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e promoverão o seu arquivamento na Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco e na Prefeitura do Município de Cabo de Santo Agostinho, no prazo de 05(cinco) dias, a contar de sua vigência; no mesmo prazo, a COMPESA deverá encaminhar cópia autêntica do Contrato à ARPE.

§ 2º. Tanto o ESTADO, como o MUNICÍPIO e a COMPESA, no âmbito de suas respectivas procuradorias, deverão arquivar via autêntica do presente instrumento.

Av. Cruz Cabugá, 1387 – Santo Amaro – Recife, PE – CEP: 50040-905
PABX: 3412.9000 (Cabugá), 3412.9500 (Aurora), FAX: 3412.9147
CNPJ (MF) 09.769.035/0001-64 – INSC. ESTADUAL 18.1.001.0014398-2
www.compesa.com.br

Antônio André B. Melo Sousa
OAB: 16.996
Mat. 9351 - COMPESA
Assoc. - DCA


Izabel Cristina Moreira dos Santos
Coordenação do Núcleo de
Convenios e Parcerias
Procuradoria Consultiva-PGE

DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA. As controvérsias originadas deste Contrato de Programa serão dirimidas pela ARPE e, não sendo possível o acordo, pelo foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco.

E, estando justos e contratados, subscrevem o presente instrumento em três vias de igual conteúdo e teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Recife-PE, 05 de setembro de 2011.



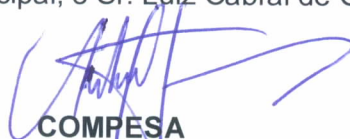
ESTADO DE PERNAMBUCO

Por seu Governador, o Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos



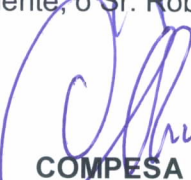
MUNICÍPIO DE CABO DE SANTO AGOSTINHO

Por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luiz Cabral de Oliveira Filho



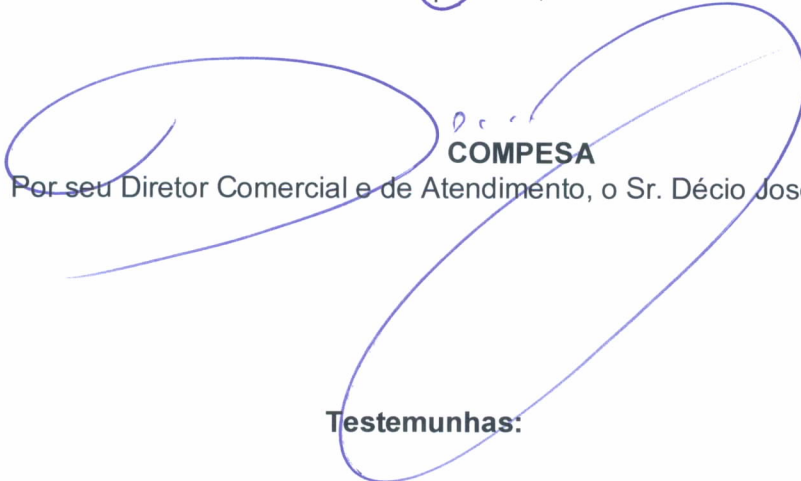
COMPESA

Por seu Diretor Presidente, o Sr. Roberto Cavalcanti Tavares



COMPESA

Por seu Diretor de Gestão Corporativa, o Sr. Carlos Eduardo de Brito Maia



COMPESA

Por seu Diretor Comercial e de Atendimento, o Sr. Décio José Padilha da Cruz

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:


Jaqueline Soares de Carvalho
Procuradora-Chefe da Consultiva